

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



João Pedro Oliveira dos Santos

**Interseções entre Teoria da Informação e Opinião  
Pública  
A desinformação e os desafios apresentados à teoria política  
contemporânea**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Maia

Rio de Janeiro

2021.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



João Pedro Oliveira dos Santos

## **Interseções entre Teoria da Informação e Opinião Pública**

A desinformação e os desafios apresentados à teoria política  
contemporânea

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Maia

Rio de Janeiro

2021.1

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

**João Pedro Oliveira do Santos**

Graduando em Relações Internacionais na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Atua com pesquisa em opinião pública e avaliação de políticas públicas. É engenheiro de dados na Comadre, uma startup com foco em tecnologia para serviços financeiros.

## FOLHA DO TERMO DE APROVAÇÃO

Para minha afilhada,  
Espero que construamos um lugar melhor para ti.

## **Agradecimentos**

O curioso desses esforços que marcam o início/fim de ciclos é que eles nos fazem perceber a quantidade de pessoas queridas que estão conosco e nos apoiaram neste período que no calendário é curto, mas que na nossa percepção é tão longo. A nossa mente tem uma série de mecanismos que até hoje psicólogos lutam tentando entender, um deles é o que faz com que nos sintamos sozinhos de forma crônica. Escrever esses agradecimentos me fez perceber que não estou, tem muita gente comigo.

Importante começar com pai, mãe e avós, por me suportarem por todos esses anos. Nem de longe sou a pessoa mais fácil de entender, e muito menos sou falar muito, mas que soubessem que sempre foi por vocês. Nada do que faço é por ambição própria, os amo e espero que isso esteja sempre em evidência. Thalia, por todo apoio que me deu, por ter me ouvido resmungar por meses e sempre ter me apoiado quando precisei e ter comemorado quando alcancei algo e repreendido quando errei. Sei que isso tudo foram diferentes exposições de amor e cuidado; A única informação que eu sou capaz de dizer ser verdadeira é a de que sem sua parceria esse trabalho não existiria.

Para Ana, Ariel, Carol, Cristina, Igor, Miguel e Roberto, esses 4 anos juntos de vocês diariamente nos corredores e salas de aula me fez uma pessoa infinitamente melhor - mas também um pouco mais reclamona, isso é mais culpa da Cristina. Continuando no IRI, agradeço a Karol Kaiser e Gabi Gomes, pelas infinitas possibilidades de gritar, abraçar e chorar, vocês duas são completamente doidas. Aliás, no dia de entrega desta monografia, faltam 348 dias. A amizade de todos vocês é o que consegui de mais precioso na Gávea.

Max, Allan, Nena, Mari e Pedro. Amigos e amigas, carinho é pouco para dizer o tanto que sinto afeto por vocês. Todos os nossos encontros - que antes da pandemia eram semanais - me faziam rir e ter esperança de que as coisas iriam sempre melhorar. Eu nunca acreditaria que sairia do mundo das simulações diplomáticas - ou micaretas de adolescente, como chamamos - com algo tão especial quando a companhia e o suporte que vocês me dão.

Aos Ecorneoamigos por todo apoio, das trivialidades que falamos até as companhias das vídeo-chamadas que fazíamos nas solitárias noites de isolamento social. Especial obrigado a Clara e Beca pelo contato diário, e por me descobrir

como lidar melhor com esse mundo chato. Cava e Marcelo pelas infindáveis conversas e conselhos ao som de Jazz.

Cateline, por ser a amizade que a mais tempo está comigo<sup>1</sup>, e ter me acompanhado em uma infinidade de momentos, os fáceis e os difíceis. Ninguém sabe tanto o que passou na minha vida quanto você, talvez por isso entenda minhas loucuras. Mas de longe, a contribuição mais permanente que fiz na minha vida foi me dar a felicidade de ser um dos padrinhos da criança mais linda que eu já vi na minha vida.

Prof. Fernando Maia, que topou essa ideia de me orientar mesmo sabendo que seria uma caminhada difícil por conta das minhas limitações de tempo e diversos problemas de saúde que apareceram, nossas conversas foram de onde tirei muita da força necessária para continuar a escrever e pesquisar. Muito obrigado, não poderia ter escolhido uma pessoa melhor para me orientar. Prof. Ricardo Oliveira por sempre estar disponível para me ouvir reclamar e sempre me ajudar de infinitas formas possíveis. Felipe de Rosa, pelo incentivo que me deu antes mesmo de eu entrar na graduação, e que foi essencial para eu escolher fazer o curso que fiz.

Profa. Natália Bueno, Profa. Nara Pavão, Prof. Frederico Batista e Valerie Wirtschafter, estar com vocês todas as sextas-feiras tem sido um dos maiores privilégios e prazeres da minha vida acadêmica. Obrigado.

Agradeço também às instituições que me abrigaram e financiaram pesquisas quais participei nesses longos 4 anos, especialmente ao Departamento de Ciência Política da Emory University, a Facebook Research, o Departamento de Economia da PUC-Rio, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Comadre. Também fica o agradecimento para o Instituto de Relações Internacionais e a Vice-Reitoria Comunitária da PUC-Rio pelo conhecimento e auxílio nessa caminhada.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, fazemos o cálculo do tempo de amizade como algo contínuo, e que é reiniciado no caso de interrupções na relação entre os pares.

## **Resumo**

Santos, João Pedro Oliveira dos. **Interseções entre Teoria da Informação e Opinião Pública:** A desinformação e os desafios apresentados à teoria política contemporânea. Rio de Janeiro, 2021. 56p. Monografia - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O estudo da política democrática tem em seus fundamentos uma série de fortes premissas. Uma das principais e que sustentam parte dos argumentos para uma democracia que funcione com base em deliberação e voto, pois essa é a melhor forma de transformar as preferências dos eleitores nas políticas públicas desejadas por estes. A teoria (Downs, 1957) acredita que o eleitor irá estar factualmente informado, e assim utiliza dessa informação para tomar a decisão que mais atende aos seus interesses. Todavia, sabemos hoje que o eleitor possui muito pouca sofisticação no que tange ao acervo de conhecimento político que possui (Delli Carpini e Keeter, 1996), isso associado com um cenário político infestado de desinformação, nos evidencia que talvez essas premissas estejam sendo desafiadas. Neste trabalho, investigamos o uso de informação falsa por parte das elites políticas, buscando entender quais componentes do sistema democrático e da própria forma como indivíduos pensam que permitem que a desinformação seja usada pelas elites como instrumento de manipulação da opinião das massas. Concluímos apontando direções e caminhos possíveis para a expansão da agenda de pesquisa acerca de motivações das elites para que participem do processo de disseminação de desinformação política.

## **Palavras-chave**

Opinião Pública; Desinformação; Notícias Falsas; Escolha Racional.



## Sumário

1. Introdução.....	13
2. Acerca de estados e possibilidades de democracias e autocracias.....	17
2.1. Sobre o voto em Regimes Democráticos.....	18
2.2. Campanhas eleitorais e o ato de votar.....	21
3. A Opinião Pública.....	29
3.1. A Imprensa.....	29
3.2. Sobre a Relevância da Imprensa nas Decisões de Eleitores.....	30
3.3. A Importância das Elites na Opinião Pública.....	32
4. A Informação.....	35
4.1. O Modelo de Comunicação de Shannon-Weaver.....	36
4.2. Uma Melhor Definição de Informação.....	38
4.3. A Informação para a Ciência Política.....	41
4.4. Desinformação Política.....	43
5. Considerações Finais.....	47
6. Referências Bibliográficas.....	50

## Lista de Figuras

Figura 1. Fluxograma representando modelo de Warren-Weaver.....	40
---	----

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

WMD - *Weapons of Mass Destruction*

BREXIT - *Britain Exit*

EU - *European Union*

NHS - *National Health Service*

TDI - Teoria da Informação

GDI - *General Definition of Information*

COVID-19 - Coronavirus Disease 2019

“Democracy thrives when the infrastructure of democracy is strong; when people have the right to vote freely, fairly, and conveniently; when a free and independent press pursues the truth; when the law applies equally to everyone, regardless of who they are or what they look like.”

*Joe Biden (2021)*<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> <https://twitter.com/JoeBiden/status/1404592092475703297>

## 1. Introdução

"Saddam Hussein must disarm himself- or for the sake of peace, we will lead a coalition to disarm him." (George W. Bush, 2002)

Em março de 2003, 24 meses após os atentados de 11 de Setembro de 2001, um contingente de homens e mulheres pisaram vez em solo iraquiano. A soma da quantidade de indivíduos que foram nas primeiras levadas de tropas enviadas atinge a casa dos 300 mil, e representa o tamanho do esforço que foi empreendido por exércitos para que o inimigo fosse neutralizado. Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, Austrália, Polônia e o Curdistão, essas foram as bandeiras que estavam nos braços daqueles que bravamente desembarcaram no Iraque e empreenderam esforços para derrotar o exército liderado por Saddam Hussein e desativar as armas de destruição em massa (*WMD*)<sup>3</sup> que o estadista possuía. Por conta da hostilidade que o governo do Iraque possuía com os Estados Unidos, essas armas representavam uma ameaça a este país.

A investida da *Coalition of the Willing* sobre o Iraque foi um sucesso, em um curto período de tempo essas forças foram capazes de conquistar as principais cidades do país e torná-lo um território livre das armas de destruição em massa, que foram o principal motivo da invasão. Ou ao menos para alguns o desenrolar da história foi assim. Descobriu-se posteriormente que parte importante narrativa foi usada para justificar para a população que a invasão do Iraque era falsa (Nichols, 2004), e não foram encontradas evidências de um programa de produção de *WMD*, que foi anunciado extremamente perigoso por parte do Governo dos Estados Unidos.

Relevante para nós é que foi essa desinformação que teve como fonte autoridades políticas americanas, e foi usada para tornar palatável a guerra. Kull e co-autores afirmam que

“the Bush administration led the public to believe that Iraq was developing weapons of mass destruction (WMD) and providing substantial support to the al Qaeda terrorist group.” (Kull, et al., 2003, p. 569).

Construiu-se política pública com base em uma farsa, que se mantém ativa no imaginário popular. Embora ainda em 2003 tenha se tornado claro que a justificativa era uma mentira, uma pesquisa feita pela Gallup no período logo após o conflito apontava que aproximadamente 86% dos americanos acreditavam que o

---

<sup>3</sup> Do inglês: “Weapons of Mass Destruction”.

Iraque possuía esse tipo de armamento antes da guerra (Newport, 2003). A percepção se mantém até os tempos atuais, pois 51% dos americanos que se identificam como republicanos ainda acreditam que o armamento foi encontrado no Iraque (Breitman, 2015).

“We send the EU 350 million a week, let’s fund our NHS instead. Vote Leave. Let’s take back control”(Read, 2019).

Já em junho de 2016, 521 meses após a entrada do Reino Unido na União Europeia, os eleitores britânicos foram às urnas para decidirem sobre a permanência do seu país no bloco. As opções fornecidas aos eleitores formavam um par: “Sair”, para que o país fosse desligado do bloco europeu; “Permanecer”, para que o país continuasse a fazer parte da integração regional europeia. Poucos dias depois revelou-se o resultado, e 51,8% dos que se fizeram presentes nas urnas decidiram pela saída. Iniciou-se daí um longo processo que, seguindo a vontade popular, resultou no *BREXIT*, nome dado ao processo em que a nação insular deliberadamente se afasta do restante do continente europeu.

Uma das bandeiras relevantes na campanha que buscava convencer a população era o financiamento do *NHS*, o sistema de saúde pública britânico, que os partidários da saída afirmavam que seria melhor financiado caso o país ficasse livre das regulações do bloco. A informação foi posteriormente desmentida pelo diretor da Autoridade Britânica de Estatísticas, David Norgrove, que afirmou ser um “clear misuse of official statistics” (Norgrove, 2017, p. 1). Fato importante é que a carta de Norgrove em que isso é dito foi endereçada a Boris Johnson, que no momento era secretário de relações exteriores do Reino Unido e possuía a capacidade de mobilizar o aparato estatal para averiguar a veracidade dos valores.

Posteriormente, uma pesquisa feita pelo King’s Fund (2019) mostrou que quando perguntados “Por qual motivo você acredita que sair da União Europeia será algo positivo para o NHS?”<sup>4</sup>, 60% dos entrevistados referem-se à crença de que haverá maior capacidade de financiamento para o sistema de saúde. A crença permaneceu, mesmo sendo falsa.

O que esses dois acontecimentos extremamente relevantes para a história das relações internacionais possuem em comum é o papel decisivo que uma informação falsa possuiu no processo em que as opiniões públicas locais e

---

<sup>4</sup> Do original: “Why do you think leaving the EU will be a good thing for the NHS?”

internacionais se formaram. Como vimos, esse tipo de uso de informação falsa por parte das elites políticas locais não é algo novo. Elites políticas mentem em busca de tornar a opinião pública mais receptiva a uma ação, coisa que não ocorreria caso essa não fosse exposta a determinada informação inverídica.

Neste trabalho, investigaremos o uso de informação falsa por parte das elites políticas, buscando entender quais componentes do sistema democrático e da própria forma como indivíduos pensam que permitem que a desinformação seja usada pelas elites como instrumento de manipulação da opinião das massas. O esforço aqui empreendido mobiliza a literatura da Ciência Política, da filosofia da informação e da psicologia política. Com isso, busca defender, usando um *framework* de escolha racional, que as elites políticas possuem incentivos para usar desinformação com o objetivo de influenciar a opinião pública. Esses incentivos se fazem presentes por conta da forma como o sistema político está desenhado, e as formas como seres humanos processam e dão sentido às informações que recebem.

No segundo capítulo, *Acerca de estados e possibilidades de democracias e autocracias*, início apresentando uma breve discussão acerca de democracias. Sobrevoamos algumas concepções iniciais daqueles que desenharam o primeiro regime democrático moderno, e que pensavam na soberania popular como um de seus mais importantes fundamentos, este que se manifesta principalmente pelo voto. Observamos como na modernidade somente o voto não é um mecanismo necessário para que um regime seja considerado democrático. Isso ocorre em regimes autoritários competitivos, nos quais eleições recorrentes são realizadas, porém a falha em assegurar outras liberdades e garantias impede que possamos classificá-los como democráticos. O que nos permite abordar, então, o que são democracias, observando os fatores necessários para que possamos classificar um Estado como democrático. A discussão de democracia, evidentemente, nos catapulta para discussões acerca do ato fundamental de votar, onde nós iniciamos a explorar a questão do voto e como ele é formulado coletivamente, usando como exemplo o instrumento das campanhas eleitorais.

O voto, todavia, não é uma ação tomada isolada de um contexto social, o eleitor que deposita uma cédula - o aperta um "botão verde" - na urna, toma essa decisão após considerar que a escolha feita é a melhor para ele, o que depende de muita observação dos candidatos e suas propostas. Feita essa observação, o

indivíduo vota no candidato que melhor representa sua visão de mundo. O que estudamos em *A Opinião Pública*, é esse processo intermediário de observação e formação de preferências. Mergulhamos na literatura que trabalha as possíveis definições de opinião pública, em que mobilizamos Lippmann (1922), Zaller (1992), Habermas (2006) e como ela é formada por dois atores principais: a imprensa e as elites. Começamos pensando a ideia de que a imprensa é uma peça chave na formação daquilo que o público pensa. Para sustentar essa ideia, mobilizamos a literatura da ciência política experimental acerca dos efeitos da mídia na formação de opiniões dos indivíduos, que aponta que existe uma relevância daquela como uma das formas que o eleitor adquire a informação necessária para depositar seu voto. O que faz relevante o estudo das elites políticas como interessadas nas formas de transmissão de informação ao potencial eleitor, e mais do que isso, no tipo e no conteúdo da mensagem que vai ser transmitida, pois o político - por questões óbvias - tem como objetivo maximizar a cobertura positiva acerca de si mesmo, e minimizar a de seu adversário.

No terceiro capítulo, chamado *A Informação*, passamos a observar as formas como diferentes literaturas definem o que é informação. Investigando os mecanismos que explicam como ocorre a transferência desta do transmissor para o receptor - indivíduo -, que tem como atribuição a tarefa cognitiva processar e dar significado a ela. Então, relembramos a importância do estudo da informação para o estudo da política. Para realizar isso, apresentamos o eleitor como um indivíduo que opera de forma bayesiana incompleta, isso significa que este faz a atualização de suas preferências de acordo com as informações que recebe. O adjetivo *incompleto* é atribuído devido a inconsistências que podem ocorrer no processo de atualização de preferências, estas ocorrem por conta de uma série de vieses cognitivos inerentes ao ser humano. Entendendo isso, é possível abordarmos o problema de desinformação em contexto político. Iniciando por Kuklinski et al. (2000), que aponta o problema que cidadãos que possuem crenças não-factuais se apresentam ao sistema político, e que por conta disso existe um ponto-cego em Zaller (1992). Argumento que essa incompatibilidade pode ser enfrentada usando o ferramental intelectual apresentado no início do mesmo capítulo.



## 2. Acerca de estados e possibilidades de democracias e autocracias

Durante o rascunho do que veio a ser a primeira democracia moderna, James Madison e Alexander Hamilton projetavam na recorrência das eleições e no ato de votar a forma de manter os governantes próximos da população. Para eles, a proximidade gerada por aquilo que podemos chamar de *periodicidade da soberania popular* sobre cargos eletivos iria colocar o legislador sob a influência do povo, com isso seria gerada a representação<sup>5</sup>. Esses argumentos podem ser vistos no Federalista no. 52:

It is essential to liberty that the government in general should have a common interest with the people, so it is particularly essential that the branch of it under consideration should have an immediate dependence on, and an intimate sympathy with, the people. Frequent elections are unquestionably the only policy by which this dependence and sympathy can be effectively secured. (Hamilton, et al., 1992, p. 124-125)<sup>6</sup>.

Passaram-se mais de 200 anos desde a publicação desta edição dos Papéis Federalistas e ainda hoje, periodicamente é dado a adultos a oportunidade de participar ativamente, por meio do voto, do processo de escolha de seus representantes. Nessa interação, que tem como ápice o momento do voto é quando fica mais evidente o poder que o cidadão possui sobre as escolhas daqueles que irão exercer poder sobre uma determinada área geográfica, seja um município, um estado ou um país. O poder da ideia de representação é tão poderoso que Dahl (1989, p. 29, apud Powell Jr., 2004, p. 273, tradução minha) descreve como uma transformadora da “democracia de uma doutrina aplicável somente a cidades-estado pequenas e rápida existência para uma aplicável em grandes estados-nação da era moderna”.

É no voto em que o indivíduo seleciona a plataforma política que irá apoiar com base em suas preferências individuais<sup>7</sup>, pois por meio dele é delegado ao candidato a autoridade para que este, caso eleito, defenda um mandato que represente os interesses de um subconjunto do total de eleitores. A urna também é

---

<sup>5</sup> E aqui já considero a ficção da representação como inventada.

<sup>6</sup> A autoria desse texto é incerta.

<sup>7</sup> O que indica que estes estão tomando ações de forma economicamente racional. A principal ideia expressada é a de que os indivíduos realizam o processamento necessário para tomar uma decisão de acordo com uma função de maximização de utilidade. O indivíduo toma ações, usando como base o conhecimento passado que permitem minimizar a quantidade de opções a serem consideradas, com isso deseja maximizar as chances de sucesso em seus objetivos. Na seção 1.2 verso acerca da ideia e suas limitações em maior profundidade.

um local de avaliação. O eleitor também é capaz de utilizar o voto para sancionar ou punir um político de acordo com as atitudes empreendidas por este quando em posse de um cargo oficial (Ferraz e Finan, 2011, p. 1307).

Não existe, portanto, momento em que fique mais evidente o poder que a população é capaz de exercer nos políticos do que o do voto, é quando o eleitor reafirma aos governantes quais são as prioridades que devem ser tomadas, qual o caminho que determinado território deseja seguir. Seja uma escolha boa ou ruim, ela é construída em um ato individual que dura poucos minutos e que possui consequências comunitárias que se estendem para além da vida daquele que deposita a cédula.

A escolha do em que/quem votar, todavia, é guiada por um encadeamento de insumos que o eleitor recebe pelos mais diversos meios. Em sociedades modernas acredita-se que o principal meio ao qual eleitores recorrem quando é a imprensa, e por isso é passível de ser visto na quantidade de estudos em ciência política acerca de efeitos da mídia (Lasswell, 1948; Zaller, 1992; Bartels, 1993; Saeki, 2013).

Munido desse pensamento, voltamos à sentença registrada por V. O. Key Jr. em seu clássico livro “The Responsible Electorate”, onde diz “em seus momentos de reflexão mesmo o político mais experiente sente uma incômoda curiosidade acerca do porquê as pessoas votam de determinada forma” (Key Jr., 1966, p. 1). Assim, inicio investigando as possíveis conexões entre o conceito de *informação*, o voto, atento ao que ocorre entre a campanha eleitoral e o depósito da decisão na urna eleitoral.

## **2.1 Eleição não é sinônimo de democracia: Autoritarismo Competitivo**

Embora o senso comum associe o voto sempre a regimes democráticos, presunção essa chamada de *falácia do eleitoralismo*, essa não é sempre é o cenário com o qual nos deparamos no mundo real. Não é incomum que regimes não-democráticos realizem eleições periodicamente (Lust-Okar, 2006, p. 456). O que difere países não-democráticos de democracias é que as eleições não possuem como objetivo a troca de governantes, mas sim a cooptação de elites locais.

Nesses regimes híbridos - visto como híbridos por possuírem algumas das instituições necessárias para uma democracia, mas que não atingem os requisitos mínimos para serem consideradas democráticas<sup>8</sup> - o jogo político ocorre de forma diferente do que ocorreria em democracias. Embora não existam as fraudes massivas como regra e a periodicidade das eleições seja respeitada, Levitsky e Way (2002, p. 53) apontam que há uma série de irregularidades como o uso de meios para impedir da imprensa de cobrir a oposição ao regime, abuso dos recursos do Estado para obtenção de vantagem eleitoral e em alguns casos a manipulação de resultados eleitorais.

O fenômeno de tão frequente foi conceitualizado por Levitsky e Way (2010, p. 10), que chamaram-o de “autoritarismo competitivo”. Em um Estado autoritário competitivo, não pode-se alegar a ausência de democracia pela escassez de eleições, pois elas ocorrem periodicamente e são efetivas em alterar a composição das instituições governamentais. Tampouco é possível afirmar que as oposições sofrem qualquer tipo de supressão, porque estas - na maioria dos casos - são toleradas e possuem livre direito de se organizar politicamente, recrutar e realizar atividades de campanha normalmente (Levitsky e Way, 2010, p. 7). Todavia, o caráter autoritário é evidenciado nas vantagens que o incumbente possui por utilizar a estrutura estatal para favorecer fortemente candidaturas aliadas.

Um dos pontos de interseção entre este trabalho e o autoritarismo competitivo é o papel da mídia nesses regimes. Se em democracias - como apresentado no capítulo 2.2 - a liberdade de imprensa é considerada vital para a sobrevivência do sistema e jornalistas não sofrem ameaças à sua integridade física por exercerem sua profissão<sup>9</sup>, em regimes autoritários competitivos o quadro se altera. A supressão da liberdade de imprensa está presente, todavia, não com o mesmo rigor de regimes totalmente autoritários. Toleram-se a existência de meios de comunicação alternativos aos oficiais e de jornalistas opositores, todavia estes

---

<sup>8</sup> De acordo com Levitsky e Way (2002, p. 53), existem convencionados na literatura quatro elementos básicos que são necessários para considerarmos um regime como democrático, estes sendo: “1) Executives and legislatures are chosen through elections that are open, free, and fair; 2) virtually all adults possess the right to vote; 3) political rights and civil liberties, including freedom of the press, freedom of association, and freedom to criticize the government without reprisal, are broadly protected; and 4) elected authorities possess real authority to govern, in that they are not subject to the tutelary control of military or clerical leaders.”. Em regimes de autoritarismo competitivo esses elementos básicos são constantemente violados, e isso é o que os diferencia de democracias, nas quais esse tipo de violação é rara, e que embora ocorra situações pontuais, a interrupção não é sistemática o suficiente para alterar o jogo democrático.

<sup>9</sup> Ao menos teoricamente.

estão sob constante ameaça e são atacados com frequência (Levitsky e Way, 2002, p. 57).

A repressão das liberdades de imprensa ocorre por meios menos evidentes, entre estes meios podemos citar

“bribery, the selective allocation of state advertising, the manipulation of debts and taxes owed by media outlets, the romentation of conflicts among stockholders, and restrictive press laws that facilitate the prosecution of independent and opposition journalists.” (Levitsky e Way, 2002, p. 58),

sem ultimamente buscar a perseguição e a prisão que não passa por instituições do judiciário, como ocorre em regimes totalmente autoritários. Contudo, os autores frisam que existem casos em que a população puniu por meio do voto o regime que suprimiu violentamente a imprensa. Se a possibilidade de punição existe, faz-se necessário investigar os motivos pelos quais esses regimes ainda realizam eleições.

Os objetivos que podem levar regimes não-democráticos a realizar eleições são diversos, e alvo de estudos por diversos cientistas políticos, a atenção dada a esse tipo de regime - autoritário com eleições - se deve principalmente ao fato de que evidências apontam que estes regimes tendem ser mais duradouros do que os seus pares autoritários que não realizam pleitos eleitorais (Geddes, 1999, p. 314). Desta forma, são uma estratégia para que seus líderes se mantenham no poder por períodos mais longos. De acordo com Gandhi e Lust-Okar (2009, p. 404), o que a literatura na área tende a divergir é no foco em qual tipo de ameaça que faz o autocrata decidir por realizar eleições, aquela que pode variar de elites políticas, grupos de oposição e até mesmo os próprios cidadãos por meio de um levante popular.

Todavia, quaisquer seja o motivo para a realização de eleições, estas são uma forma de autocratas neutralizar grupos influentes e dispersos na sociedade - isto é, as elites - que caracterizam uma ameaça à perpetuação do seu poder. Somente a força não é suficiente para frear a pressão feita por esses grupos. A instituição da eleição é cooptada pelo regime para que possa ser utilizada como mecanismo para filtrar aqueles aos quais serão solicitados a cooperação em troca de favores, estes têm como objetivo servir como ferramenta de convencimento dessas elites (Gandhi e Przeworski, 2007, p. 1282). Por meio dessas concessões, cria-se um ambiente de cooperação por meio do compartilhamento de espólios e implementação de determinadas políticas públicas que agradem os beneficiados.

## 2.2. Sobre o voto em Regimes Democráticos

Contudo, se a seção anterior apresenta uma possibilidade de regime que não é caracterizado como uma democracia, mas qual a definição depende da negação parcial de características desta, faz-se necessário uma definição do que é um regime democrático. Aqui busca-se analisar as possibilidades, capacidades e limites da participação política por indivíduos e organizações que atuam no campo da produção e disseminação de informação, e de quanto essas atitudes podem se tornar (ou não) um impedidor para o funcionamento de uma democracia.

Objetivando isso, iremos nos ater a uma definição minimalista de democracia como a que pode ser encontrada em Dahl (2015, p. 25, tradução minha) para quem a democracia tem como característica-chave a “contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais”. Na definição de Dahl, eu gostaria de frisar a ideia de uma responsividade do governo, pois ela é essencial para entender os motivos pelos quais se forma uma opinião pública, como veremos com Lippmann.

A responsividade, obviamente, não é algo gerado espontaneamente ao decretar a instalação de um sistema democrático. As razões pelas quais os governos representam os interesses das pessoas derivam de quatro possíveis interesses no nível individual (Manin, Przeworski e Stokes, 1999, p. 2)<sup>10</sup>, e alguma destas deve estar presente para que este pilar das democracias modernas se mantenha.

A responsividade, segundo Dahl (2015, p. 26), requer que governos assegurem três oportunidades básicas, como de formulação de preferências, de expressar as preferências formuladas de forma coletiva ou individual, e que estas sejam levadas em conta no momento de tomadas de decisão por parte do Estado e

---

<sup>10</sup> As razões oferecidas por Manin, Przeworski e Stokes (1999, p. 3) são:

“1. Only those persons who are public-spirited offer themselves for public service, and they remain uncorrupted by power while in office.

2. While individuals who offer themselves for public service differ in their interests, motivations and competence, citizens use their vote effectively to select either those candidates whose interests are identical to those of the voters or those who are and remain devoted to the public service while holding office.

3. While anyone who holds office may want to pursue some interests or values different from and costly to the people, citizens use their vote effectively to threaten those who would stray from the path of virtue with being thrown out of office.

4. Separate powers of government check and balance each other in such a way that, together, they end up acting in people’s best interest.”

na formulação de políticas. Atendidos esses critérios, pode-se dizer que um governo é responsivo caso

“acts on the best available knowledge; and if individuals are sufficiently well informed so that each of them or the average on is more likely than not to reach the correct decision, this knowledge is revealed by verdict of the majority of voters” (Grofman, Owen e Feld, 1983, apud Manin, Przeworski e Stokes, 1999, p. 6).

A manutenção de condições para que a responsividade seja garantida - e com ela a própria democracia - está intrinsecamente relacionada com a existência e sobrevivência de instituições consideradas basilares para democracias modernas (Dahl, 2005, p. 188). Acreditamos que autoridades somente são capazes de responder aos interesses e preferências dos cidadãos quando estes possuem um conjunto de liberdades asseguradas, o que permite *feedbacks* acerca das políticas implementadas e das opiniões expressas pelos representantes.

Critério	Descrição
Eleição de representantes	O controle sobre as decisões de políticas públicas é investido em oficiais escolhidos por cidadãos.
Eleições livres, justas e frequentes	Os representantes são escolhidos em eleições frequentes e conduzidas de forma justa nas quais a coerção é incomum.
Liberdade de expressão	Os cidadãos possuem o direito de se expressar acerca de assuntos políticos - incluindo criticar representantes, o governo, o regime vigente, a ordem socioeconômica e a ideologia prevalecente - sem o medo de punição severa.
Acesso a fontes de informação alternativas	Os cidadãos possuem o direito de buscar fontes de informação alternativas e independentes. Estas devem existir e não podem estar todas sob o controle do governo ou qualquer outro grupo político único.
Autonomia associativa	Cidadãos possuem direito de se organizar em associações, organizações e partidos políticos para que consigam atingir seus direitos e objetivos.
Cidadania inclusiva	Aos adultos residentes de forma

	<p>permanente no país não se pode negar direitos que estejam disponíveis aos outros. Além disso, estes indivíduos não podem ter suprimidos seus direitos necessários para que os outros requisitos sejam atendidos, inclusive o direito ao voto.</p>
--	--

Tabela 1. Requisitos institucionais para uma democracia, tabulado a partir de Dahl. Os pontos apresentados foram simplificados. (2005, p. 189-190).

As condições apontadas por Dahl (2005) - e que também são consideradas fundamentais por Luckham, et. al. (2000, p. 11), embora estes desenvolvam pontos adicionais - estão sumarizadas na Tabela 1, e representam um arcabouço institucional mínimo necessário em uma democracia. Essas instituições democráticas são “a set or arrangements for organising political competition, legitimating rulers and implementing rule” (Luckham, et. al., 2000, p. 10) e permitem que seja exercida a política democrática. Em suma, habilitam o exercer da política que também respeita princípios morais e políticos básicos, que incluem o controle popular sobre governos e elites políticas e também a igualdade política entre cidadãos.

Todavia, embora deva haver a consideração das preferências na execução de políticas, não é possível que isso seja feito de forma extremamente granular, isto é, diminutos subconjuntos de indivíduos não devem possuir a capacidade de eleger um representante. Em síntese, um conjunto pequeno de homens e mulheres - por exemplo, 10 pessoas dado um universo de milhões de indivíduos - não é suficiente para eleger um representante<sup>11</sup>, é necessário que um considerável grupo de indivíduos de determinada região vote em um candidato para que este seja eleito.

Por certo, indivíduos ou minúsculos grupos não possuem o poder suficiente para sozinhos - isto é, por meio de seus poucos votos - eleger um representante e essa característica de forma alguma é ilegítima. Encontramos um esboço do que é esse sistema de representação e suas justificativas no Federalista n. 10 (Hamilton et al., 2009, p. 52), onde Madison afirma que a representação indivíduo apresenta problemas, como a possibilidade de que paixões e crenças de uma população guiarem uma uma nação para o caminho da supressão de direitos de propriedade e

<sup>11</sup> E nem é desejável do ponto de vista democrático.

de segurança pessoal de uma minoria; O federalista também nos atenta da dificuldade de expandir um regime democrático nos moldes gregos por um território de grande população e tamanho geográfico. Futuramente Dahl (2012, p. 45), afirma que foi essa transição para o sistema representativo que permitiu que governos populares se expandissem sobre territórios e populações cada vez maiores.

Dada essa característica do sistema de escolha de representantes em que ele é feito para representar comunidades de tamanho relativamente grande, devemos dar um passo atrás. Observando que grupos pequenos não são capazes de eleger representantes, para alçar ao poder um indivíduo faz-se necessário angariar o voto de quantidades maiores de eleitores, para que assim um determinado mandato possa começar a valer. Sendo assim, cria-se a necessidade de convencer as massas votantes a confiar em um candidato para defender em um mandato, seja este legislativo ou executivo, determinado conjunto de interesses e isso se faz por meio de campanhas eleitorais.

### **2.3. Campanhas eleitorais e o ato de votar**

A “arte de induzir todos os tipos de pessoas, que pensam de formas diferentes, a votar de forma semelhante é praticada em toda campanha política.” (Lippmann, XXXX, p. 197, tradução minha).

Uma campanha eleitoral é o momento de convencimento, é o movimento do candidato com o objetivo de tentar persuadir o eleitor a votar - ou deixar de votar - em determinada legenda, indivíduo ou ideia. Como dito por Jacobson (2015, p. 33), alguns estudos concluem que o que mais importa para a escolha de um candidato são questões como a situação macroeconômica, a distribuição de seus apoiadores no eleitorado e a localização ideológica dos candidatos. Jacobson evidencia que a literatura indica que o papel da campanha eleitoral está em informar o eleitorado acerca do estado desses fundamentos, auxiliando a formação da decisão final que este fará nas urnas. Em suma, a campanha possui um papel informacional que auxilia na formulação das preferências eleitorais, possuindo assim um papel essencial para a manutenção de uma democracia saudável.

Em busca de adjectivar o eleitor como racional, é necessário que rapidamente estabeleçamos uma definição econômica de racionalidade. O *homo politicus*, como chamo essa figura racional, que pode ser vista no “ser humano médio”, é o



cidadão racional (Downs, 1957, p. 7). De forma extremamente simplificada, afirmar que esta nossa figura é racional, corresponde a dizer que existe uma relação entre suas ações e seus objetivos, as primeiras têm como objetivo realizar os segundos com o menor uso possível de recursos (Downs, 1957, p. 6), ou seja, o termo é aplicado aos meios utilizados pelos indivíduos, e não ao indivíduo em si. Usando esta definição de Downs evitamos cair na armadilha de que os atores racionais operam de forma mecânica, o modelo do *homo politicus* possui sua limitação, todavia estas são naturais a todo o modelo visto que estes são por definição simplificações da realidade, e não tentativas de gerar um retrato da sociedade. Por conta disto, ao mesmo tempo temos uma abstração que permite englobar a grande diversidade de sentimentos dos indivíduos, sem que estes sejam vistos como computadores, ou máquinas de otimização.

Entender que indivíduos fazem escolhas de forma racional, é também compreender que estes irão fazer escolhas com base na informação recebida e processada, sem inferir uma capacidade de processamento de montantes ilimitados de informação, e que nem sempre estes serão capazes de atingir seus limites por conta das mesmas limitações.

Esse argumento é abordado pelo onipresente Keohane (1984, p. 110) quando trabalha sobre a ideia de que mesmo que um indivíduo possuísse a capacidade de acessar todo o conhecimento passível de estar disponível para efetuar uma tomada de decisão, seria impossível processá-la por inteiro. Como humanos estamos sujeitos a limitações diversas, desde impossibilidades biológicas até mesmo ao que Keohane (1984, p. 111) diz serem incertezas inerentes ao ambiente em que estamos inseridos. Ao resultado da ação desses freios para a capacidade de aquisição e processamento de informação, chamamos de racionalidade limitada<sup>12</sup>. Além da limitação humana acerca da capacidade de processamento informacional, Simon (1995, p.2) afirma que há a possibilidade de falta de informação ou de um processamento de informação errônea levar o indivíduo a falhar na busca pela maximização de seus resultados.

Em sociedades complexas como as que vivemos, é difícil imaginar - em qualquer campo da vida social - um caso de uma decisão a ser feita que não

---

<sup>12</sup> A partir de então, estaremos usando os conceitos de “racionalidade” e de “racionalidade limitada” como equivalentes. Uma vez que acreditamos que faz sentido na ciência política moderna pensar no ser humano como seres racionalmente ilimitados.

possua um certo grau de incerteza. Todavia, decisões são essenciais no nosso cotidiano, e nos deparamos com elas em uma frequência diária e em uma diversidade imensa de tópicos. Sendo assim, ao observarmos a existência de limitações biológicas e temporais, sabemos que estamos impedidos de obtermos um conhecimento profundo sobre cada esfera presente em nossas vidas. Sabendo disso, pode-se acreditar que em quase toda situação em que houver uma decisão, haverá incerteza, e as decisões políticas não fogem dessa regra. A minimização dessa incerteza se faz por meio da busca por uma imagem que represente a realidade, que é montada a partir do conhecimento obtido.

Mas o coletar conhecimento tem seu custo. Embora para alguns - especialmente para estudiosos da ciência política, que por isso podem vir a ignorar esse detalhe - seja cotidiano o ato de buscar informação sobre o que ocorre na sociedade em que vive, é inegável que ele tem um custo associado. Este pode estar presente em diversas formas - não excludentes e que podem se apresentar quase simultaneamente -, seja tempo, o custo cognitivo, ou o custo monetário, nunca é uma operação sem custos. Se o ato de estar informado tem seus custos, e é racional minimizar os custos, existe um claro incentivo para o eleitor racional não buscar informação, como foi percebido por Downs (1957). Ou seja, em uma situação eleitoral, o eleitor possui suas preferências, todavia, o gigantesco custo dele buscar informação para saber qual candidatura atende a essas preferências cria incentivos para que ele opte por se manter racionalmente ignorante (Bartels, 1996, p. 194). É esperado do eleitor que ele seja

“bem informado sobre os assuntos políticos. Presume-se que ele sabe quais são os problemas, quais são as histórias destes e quais são os fatos relevantes para o problema, quais alternativas são propostas, quais partidos defendem o que e quais são as possíveis consequências. Mas esses requisitos não são atendidos pelos eleitores.” (Berelson et. al, 1958, p. 308, apud Bartels, 1996, p. 195).

Todavia, há indícios de que é que embora o eleitor médio não possua conhecimento sofisticado acerca da situação política e econômica no geral. Alguns eleitores possuem razões para buscar informação ativamente mesmo dado o esforço necessário para isso (Aidt, 2000, p. 360) - que deriva do valor que estar informado possui nas potenciais interações sociais que um indivíduo pode ter. Para além disso, devemos considerar o fato de que possuir uma maior quantidade de informação tem como efeito reduzir incertezas acerca da decisão que deverá

ser feita.<sup>13</sup> Informações sobre outras decisões que um indivíduo precisou fazer podem já estar disponíveis, portanto não precisa ser adquirida novamente, sendo assim o conhecimento é reutilizado, não gerando assim custos imediatos. Assim, diz-se que o voto é uma decisão racional, e feita dada as limitações individuais.

Segundo Bartels (1996, p. 197), uma mudança na direção nos questionamentos feitos nas pesquisas levou o campo da ciência política a pensar menos em “níveis de informação”, e mais nos mecanismos que os eleitores usam para processar esta informação e dar sentido a ela. Assim sendo, eleitores não precisam ser altamente informados para efetuar um voto, uma vez que a coleta compulsiva de informação é custosa e esse tipo de atitude por parte do eleitorado - caso fosse empreendida - apresentaria-se como uma contradição à ideia de que eleitores são racionalmente ignorantes.

Atestada a inexistência da necessidade de um eleitor altamente informado, pode-se pensar que o eleitor é um idiota, como feito por Key (1966, p. 7, apud Bartels, 1996, p. 196), embora em algumas situações esse raciocínio seja confortável, acreditamos que ele não se confirma. O eleitorado racional utiliza de *bits* de informação disponíveis para replicar as escolhas que fariam caso fossem completamente informados (Bartels, 1996, p. 197).

A conexão dos conceitos de racionalidade e incerteza no voto com as campanhas eleitorais se faz quando percebemos que a campanha é um vetor de *bits* de informação. Elas objetivam reduzir as incertezas do eleitor por meio da exposição destes ao discurso carregado por uma campanha. O fator de redução das incertezas é importante em pleitos eleitorais, visto que eleitores são extremamente mal informados - o que faz a incerteza disparar.

De acordo com Kinder (1998, p. 175), as campanhas possuem relativo sucesso em seu objetivo, todavia, a literatura revisada por este encontra efeitos modestos, sendo que este efeito pode variar a depender do conteúdo a ser veiculado nas campanhas. Segundo este autor, somente a presença de campanhas é insuficiente, o que é dito nelas pode fazer os eleitores irem às urnas mais esclarecidos, ou mais confusos. Dado esse cenário em que a imprensa pode servir como geradora de confusão ou provedora de um guia para uma ação cada vez

---

<sup>13</sup> Por exemplo, quanto maior a probabilidade de algum assunto relativo a política surgir em um contexto social, maiores os incentivos para que um indivíduo procure se informar e estar a par de determinado tópico.

mais esclarecida, se faz necessário entender com maior profundidade os mecanismos que sustentam esse poder.

### 3. A Opinião Pública

#### 3.1 A Imprensa

“The ostensible leader often finds that the real leader is a powerful newspaper proprietor” (Lippmann, 1949, p. 243).

Em *Public Opinion*, lançado em 1922, Walter Lippmann dá início a sua obra com o que (Soares, 2020, p. 14, tradução minha) chamou de “um exemplo radical acerca do processo cognitivo de apreensão da realidade, sua dimensão coletiva e suas consequências no mundo real”. Utilizando uma anedota, Lippmann nos mostra como nós conhecemos o mundo com base em informações indiretas que são nos alimentadas, e com base nesses relatos e pistas nós construímos uma imagem mental acerca do que nos cerca e de quem nos cerca. As conclusões feitas por um são baseadas não em conhecimento direto, mas sim nessas fotografias do mundo que ele possui (Lippmann, 1922, p. 25). E a coleção de fotografias que dão significado ao mundo, quando estão na cabeça de indivíduos que têm como característica comum o pertencer a grupos sociais, ou de porta-vozes de grupos, é a Opinião Pública.

Mas antes da formação da Opinião Pública como fenômeno coletivo, temos a opinião pública<sup>14</sup> individual, que é formada por cada indivíduo com as imagens em sua cabeça. Pensar e se informar tem um custo, e os indivíduos buscam minimizar isso, fica evidente quando é dito que a “tentativa de ver tudo de forma nova e detalhada, ao invés de tipos e generalizações, é exaustiva e praticamente fora de cogitação” (Lippmann, 1922, p. 88, tradução minha). Em *Public Opinion*, é levantada a hipótese desta minimização ser feita por meio de estereótipos, nessa que é a primeira aparição moderna deste conceito, pode entendê-lo como uma forma do indivíduo usar conhecimento que já possui para definir e formar uma opinião sobre algo novo. Desse pensamento vem a ideia de que nós, na maior parte do tempo, primeiro definimos e depois vemos (Lippmann, 1922, p. 81), pois a partir do conhecimento transferido a nós por conta do grupo que participamos damos sentido ao que nos cerca.

Mas pessoas, mesmo quando fazem parte de um mesmo grupo, variam muito na sua propensão aceitar uma ideia, é comum que algo se torne um

---

<sup>14</sup> Em letras minúsculas.

consenso entre indivíduos que possuem cada qual sua distinta personalidade. A resposta por parte de Lippmann vem da criação de um símbolo por parte de entidades políticas e pela imprensa, nesta criação é atribuído um diferente sentimento por cada indivíduo (Lippmann, 1922, p. 206). O símbolo em si é vazio de significado, este é atribuído por cada um com base nos sentimentos que possuem por algo que associa-se àquele, os indivíduos se reúnem em volta do símbolo, apoiando-o ou rejeitando-o, todavia, as motivações para aquilo são diferentes para cada uma daquelas pessoas. Estas estão guardadas no íntimo de cada um, porém mais importante do que o significado é a criação de uma unidade a partir de um símbolo. Eles são capazes de delimitar um grupo por conta da identificação de indivíduos com este. Esse fenômeno pode ser observado na bandeira nacional, está sendo um símbolo pelo que reúne um grupo em torno da ideia de uma nação única.

Porém, essa transmissão de informação responsável por moldar a “imagem em nossas mentes” tem de acontecer de alguma forma, e isso ocorre por meio da imprensa. A imprensa tem como objetivo a sinalização da ocorrência de eventos, estes quais o cidadão médio não possui contato direto, seja por conta de distância geográfica, sigilo de informação, ou até mesmo falta de interesse.

### **3.2 Sobre a Relevância da Imprensa nas Decisões de Eleitores**

A importância de uma mídia livre é tão grande em democracias, que acreditamos na impossibilidade da existência de uma democracia sem liberdade de expressão. Como espécie nós valorizamos essa instituição ao ponto de considerá-la um direito essencial de todo ser humano. Olhando para a literatura, Cater (1959) diz que esta compõe um quarto poder, e Jamieson (2011, p. 236) também ressalta a importância dessa instituição ao caracterizá-la como uma conexão entre o público e o governo.

Continuando as analogias relativas a conexões, imaginemos um fio por onde passa uma corrente elétrica alternada. Se o leitor recordar das lições de física<sup>15</sup> lembrará que correntes alternadas são caracterizadas pela mudança no fluxo, em que os elétrons fazem um “vai e volta” no fio que conecta dois pólos. Caso substituamos nosso *fio* pela *imprensa*, observemos que os *elétrons* são a

---

<sup>15</sup> Quais espero que não lhe tenham sido tão traumáticas quanto foram para este que vos escreve.

*informação* que esta transmite, e os *polos* conectados por nosso fio são o governo e as pessoas, teremos a ideia que Jamieson objetivava ilustrar.

Sendo assim, a imprensa é o meio que transmite aos eleitores a informação necessária para que tomem suas decisões, e ao mesmo tempo serve como meio dos governantes estarem constantemente observando quais são as necessidades e anseios da população. Esse tipo de observação indireta é necessária, visto que a espera do próximo ciclo eleitoral para que se entenda como e quais políticas públicas devem ser empreendidas pode ser algo politicamente custoso.

Todavia, esses eventos transmitidos não são uma transcrição exata dos ocorridos - nem tem motivos para ser -, há uma série de filtros decorrentes do processo editorial, e fatores subjetivos também são adicionados pela interpretação dada por jornalistas. Nesse processo de filtros e interpretações, exerce-se encontra muito poder sobre as massas e suas opiniões. A capacidade da mídia influenciar a opinião pública é gigantesca, pois é ela que apresenta - e essa apresentação pode ser feita de diversas formas - ao público as escolhas que estes podem fazer por meio da provisão de informação.

O poder de influência da mídia pode ser observado pela evidência de que indivíduos que obtiveram a informação por meio do intermédio de comentaristas de TV, tendem a ter opiniões divergentes daqueles que estão assistindo um determinado debate eleitoral (Jamieson, 2011, p. 239), os comentários acerca de um evento “can shape perceptions that differ from those one would hold as a result of actually watching the debate” e definir opiniões de parcelas relevantes da população.

Mesmo estando em outra tradição intelectual, é possível observar em Habermas (2006, p. 416) a importância da imprensa para a construção das opiniões públicas, introduzindo aqui o papel das elites. O autor acredita na impossibilidade da existência de uma esfera pública sem que haja a participação da imprensa e da classe política. Em um cenário em que o espaço da esfera pública não exista para que ocorra a deliberação, faz-se inviável - para o autor - o próprio funcionamento do processo democrático. O grande papel da imprensa, para Habermas, é produzir e reproduzir “an elite discourse, fed by actors who struggle for access to and influence on the media” (Habermas, 2006, p. 417), e assim estabelece-se uma relação entre aqueles que tentam ter influência na

imprensa - as elites -, e os próprios “operadores da mídia” - os jornalistas. Essa relação entre os dois grupos é o que constrói as opiniões públicas.

### **3.3. A Importância das Elites na Opinião Pública**

“Every opinion is a marriage of information and predisposition: information to form a mental picture of the given issue, and predisposition to motivate some conclusion about it.” (Zaller, 1992, p. 22).

A formação da opinião pública seguramente não é um processo que tem como guia somente a mídia. E essa ideia é essencial para a visão de Zaller (1992) acerca do processo de formação de uma opinião pública, de onde se destaca a importância das elites e sua capacidade de guiar os desejos do público. Bullock, (2011, p. 496) fornece evidências que fortalecem o ponto de Zaller, encontrando uma relação entre opiniões de elites políticas no apoio ou não de determinadas políticas públicas por parte do eleitorado.

No entanto, antes de abordarmos o tópico acerca da importância das elites com mais profundidade, devemos entender o que elas são. Faremos essa abordagem usando as lentes de Sartori (1994, p. 196), a explicação passa pelo entender o conceito de minoria. Quando esse termo surge em um diálogo, é natural que o leitor pense que estamos a falar sobre a concepção mais ordinária da palavra e lembre de minorias religiosas, étnicas, de gênero e outras. O que no caso não é necessariamente verdade, em busca de dissipar a possibilidade desse tipo de confusão acontecer, Sartori (1994, p. 196) muda a nomenclatura para *minoria de controle*, e define estas como grupos que estão no topo da pirâmide de determinada sociedade. A localização destes no topo ocorre por estes atenderem a um critério de mérito, isto é, possuem qualidades que os distinguem, e estas fazem com que estes tenham poder. Mas possuir poder não é o único critério que precisamos para definir o que é uma elite. Outro critério importante é o de mérito, os que ocupam o topo das sociedades, segundo o autor, lá estão devido a um processo meritocrático que os colocou no topo. O argumento pode ser resumido pela frase “alguém não está no topo porque tem poder mas, muito pelo contrário, uma pessoa tem poder e está no topo porque o merece” (Sartori, 1994, p. 197).

A elite é uma classe que está no topo da hierarquia de determinada sociedade, e por lá estar, servem para o restante da população como uma referência das ações e das ideias a serem executadas e perseguidas. Por conta disso, assume-se que estará sob constante observação do público geral.



A concepção de Sartori do que é uma elite se faz proveitosa pois a ideia de servir como referência conecta-se com o argumento aqui apresentado de que há uma transferência de conhecimento entre as elites e a população. Se há uma elite que é influente e serve como guia para a população no geral, a hipótese de que esta é capaz de influir na vida política se fortalece.

Para nós, essas elites são compostas por um recorte mais restrito, sendo o subconjunto que engloba pessoas que trabalham integralmente em diferentes aspectos da vida pública, sejam funcionários públicos, políticos, jornalistas ou ativistas (Zaller, 1992, p. 6). Embora muitos outros profissionais poderiam se enquadrar na definição de elites fornecida por Sartori, faz-se necessário o recorte para que nos mantenhamos observando o foco do estudo e estejamos mais atentos às figuras que mais se destacam na vida política moderna.

O argumento principal apresentado por Zaller é de que o público se mostra propenso a seguir as opiniões das elites. A tendência é que o público se guie pelas opiniões das elites quando há uma clara direção acerca do que deve ser feito e pensado sobre um assunto. No entanto, na existência de uma divergência entre esses grupos influentes, o público também irá se dividir e seguir o setor da elite com que mais se identifica (Zaller, 1992, p. 9). O que o público faz, essencialmente, é se alimentar da informação política que é transmitida pelas elites. Importante ao autor é a ideia da “impureza” da informação. Ao dialogar com o que Lippmann diz acerca do papel da imprensa como filtro, Zaller expande a ideia, delegando às elites esse papel e desenha seu modelo *Receive-Accept-Sample* (RAS). Todavia, este relembra a ideia de que a informação transmitida é

“an attempt by various times of elite actors to create a depiction of reality that is sufficiently simple and vivid that ordinary people can grasp it. This ‘information’ is genuinely information in the sense that it consists of what may be assumed to be sincere attempts to capture what is most important about what is happening in the world and to convey it in its proper perspective. But it is never ‘just information,’ because it is unavoidably selective and unavoidably enmeshed in stereotypical frames of reference that highlight only a portion of what is going on” (Zaller, 1992, p. 13).

O que é chamado de impureza pelo autor não difere significativamente de um processamento da informação que é feito pelas elites, quase que como se essa realizasse uma transformação em um sinal. Este é repassado para a população que guia suas escolhas a partir da *entrada* que recebe das elites políticas. Esse fator de

transformação de sinal é fortemente semelhante ao processo de filtros e interpretações feitos pela imprensa.

Apesar de autores (Zaller, 2012; Saeki, 2013) apontarem uma possível superestimação do argumento da capacidade das elites de informar os eleitores por meio desses *atalhos informacionais*<sup>16</sup>, negar totalmente a força que possuem soa como desconsiderar um fator importante em uma etapa do processo de decisão política, pois como existem também evidências que enfatizam sua importância no processo de formação da opinião pública (Nicholson, 2012, p. 1166). Carmines e Stimson (1989) sinalizam na direção de Zaller, apontando que a opinião de eleitores norte-americanos acerca de questões raciais, nos anos 1960, convergiram em direção a das elites políticas. O eleitor observa o posicionamento dos setores das elites com que ele mais se identifica politicamente - o que na política estadunidense pode-se resumir a ser parte do partido Democrata ou do Republicano -, e após essa observação efetua uma revisão de suas crenças políticas.

O argumento de Zaller é importante na nossa investigação pois desenha um modelo no qual há uma grande relevância dos processos de transmissão de informação entre as elites políticas e o potencial eleitorado. Essa poderosa premissa é um dos pilares sob os quais sustentamos o argumento de que elites políticas cientes de sua capacidade de construir uma realidade. Se há uma deliberada ação de instrumentalização da informação por atores políticos, que cientes de seu papel como construtores da opinião, é aberta a possibilidade do uso dessa ferramenta como forma de moldar a opinião pública. O que mais nos interessa é a possibilidade da informação transmitida ser falsa.

Políticos mentem, e esse não é um fenômeno novo e é tão internalizado na nossa sociedade que muitos nunca acreditam no que estes falam. Por conta da frequência desse comportamento, é ingênuo pensar que essa mentira ocorre de forma despropositada e espontânea. O que sabemos é que políticos possuem incentivos para mentir (Davies e Ferrantino, 1996, p. 4), e se essa condição se faz presente, impossível é fugirmos dos problemas gerados por essas mentiras, como fazemos seu processamento e a sua relevância no nosso sistema político.

---

<sup>16</sup> tradução livre de "*information cues*".

## 4. A Informação

“De forma grosseira, nós falamos que adquirimos informação quando tomamos conhecimento de algo que não sabíamos antes; quando o ‘o que eu sei’ muda [...]” (MacKey, 1969, p. 10).

Abordamos uma miríade de tópicos essenciais para a nossa discussão. É possível agora pontuar que democracias modernas se constroem sobre os pilares da representação e da participação popular nas decisões e processos políticos. Essas características só se fazem possíveis devido a um arcabouço institucional robusto, e que consegue prover uma série de garantias acerca da não-repressão e garantia de liberdades para aqueles que seguem as regras vigentes. Entre as regras e garantias fundamentais destacamos a liberdade de imprensa. Fazemos esse destaque pelo fato do espaço que a mídia cria permitir o diálogo entre diferentes setores da sociedade, espaço esse que segundo vimos possibilitaria ao eleitor estar verificando o estado das *coisas públicas* e o que os outros estão pensando sobre os governantes, o que é essencial para que este possa realizar o voto.

Revisamos todo esse encadeamento de instituições e comportamentos que tem como ápice o pleito eleitoral, todavia deixamos de abordar com profundidade um elemento essencial, e que é o elemento que permite que essa orquestra democrática ocorra, a informação. Percebe-se que em todos os capítulos anteriores a noção de informação estava implícita, podemos observar isso quando falamos sobre “a importância do voto para a democracia”, “da relevância de informações para o voto”, “da imprensa e sua capacidade de provisão de informação”. Todavia, para continuarmos a discussão devemos destacar a *informação* e trazê-la como elemento de destaque.

Acreditamos na necessidade de discutir o que é informação em nível conceitual, e qual sua importância nas ciências políticas. Neste capítulo, portanto, estaremos focando no elemento informacional, abordando definições possíveis que estão presentes em diferentes campos do conhecimento, como a filosofia e a ciência política. Logo em seguida, retornamos à literatura da ciência política para discutir a inserção desta no campo de pesquisa, com grandes contribuições para a teoria do voto e de efeitos da mídia na opinião pública. Na seção seguinte, abordo o tópico da desinformação, que em nenhum momento é atacado pela literatura até o momento mobilizada. E por fim, passo a empreender um esforço de conectar as ideias até o momento discutidas.

#### 4.1. O Modelo de Comunicação de Shannon-Weaver

Buscando estudar o "como as pessoas se comunicam, umas com as outras" Weaver (1949, p. 11)<sup>17</sup> formou-se o que veio a ser conhecido como *Teoria da Informação de Shannon* (TDI). O nome TDI, na verdade, está a servir como sinônimo para a *Mathematical Theory of Communication*<sup>18</sup>. As concepções iniciais do modelo, todavia, tinham aplicações focadas mais técnicas, com aplicações específicas para o campo de engenharia de telecomunicações, todavia, houve uma disseminação do uso deste para a análise no campo da comunicação social.

Poucos na literatura mais recente investigam os processo cognitivos por trás da tomada de decisão política com aplicações de teoria da informação (TDI) tão bem quanto Jones (2001), que retorna a Weaver (1949) para tentar nos exemplificar o esquema básico no qual ocorre a transmissão de informação em um modelo de agentes racionais (Figura 1).

O modelo ilustrado pelo autor é linear e de sentido único<sup>19</sup>, funcionando em duas etapas básicas: A primeira consiste no processo de emissão da informação, em que a mensagem é codificada em sinal e enviada por um meio, o *Canal de Transmissão*; A segunda é o processo em que o sinal é decodificado pelo receptor e transformada novamente em mensagem. Após esse fluxo ser executado, passamos ao processo cognitivo a qual nos referimos anteriormente. As duas etapas devem existir para que possamos inferir a existência de comunicação. A pura emissão de sinais sem que haja a recepção por outrem é possível - afinal nada impede alguém de falar em uma sala vazia -, todavia esta não possui relevância alguma para a comunicação - tampouco diria que pode ser chamada de uma tentativa de comunicar.

---

<sup>17</sup> "How do men communicate, one with another?"

<sup>18</sup> Shannon, o autor da teoria, veio a público posteriormente dizer que chamar a *MTC* de "Teoria da Informação" era algo a ser evitado devido às confusões que a associação gera (Floridi, 2010, p. 32). Todavia, o parte da literatura utiliza a *Teoria da Informação de Shannon* e *A Teoria Matemática da Comunicação* de forma sinônima.

<sup>19</sup> E por isso também é possível chamarmos esse tipo de modelo de "modelo de transmissão"

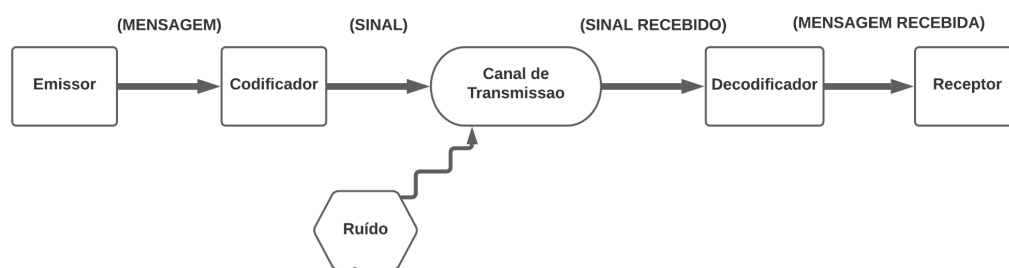


Figura 1. Information Theory, Jones (2001, p. 87, tradução minha).

Contudo, para tornar o processo mais simples, iniciamos pensando num modelo em que apenas dois indivíduos estão se comunicando, este podendo ser extrapolado para diversos no caso da comunicação de massa. O sistema de processamento exibido na figura 1 é importante pois ele nos permite formalizar uma forma de pensar a transmissão e recepção de informação - a nível entre indivíduos - com base nas ideias de uma racionalidade limitada, o que conecta com as ideias apresentadas por Downs (1957).

Todavia o modelo de Shannon-Weaver tem suas limitações. O desenho feito pelos autores não se propõe a fazer uma definição do que a informação é, mas sim prover possibilidades para quantificar a informação e estudar o fluxo que faz do ponto *A* para o ponto *B*. Das limitações ditas temos a impossibilidade do modelo de lidar com comunicação de massa, o modelo descrito acima se mostra excelente para descrições de sistemas que possuem dois ou poucos atores. Porém, o modelo linear não é a melhor forma de pensarmos a comunicação quando ela ocorre de uma fonte para a diversidade de fontes. Não é um empecilho usar o modelo quando se está buscando entender como uma fonte afeta o indivíduo a nível individual, mas ele mostra suas limitações quando tenta-se trabalhar com o agregado. Outras limitações que o modelo possui é a pouca possibilidade de *feedback* (McQuail e Windahl, 1993, p. 17), isso impede que trabalhemos com a hipótese de que o receptor irá retornar informação ao emissor, essa característica é intrínseca a modelos lineares, o que pode ser adereçado com o uso de modelos circulares de comunicação. Por fim, o modelo não apresenta nenhum parâmetro que nos permita trabalhar com profundidade a qualidade e o conteúdo da informação que está sendo transmitida, se limitando somente a uma definição formal do processo de comunicação.

## 4.2. Uma Melhor Definição de Informação

Information is one of those crucial concepts whose technical meaning we have not inherited or even adapted from ancient philosophy or theology. It is not a Greek word, and the Latin term happens to have a different meaning [...]. Perhaps it is because of this lack of sedimentation that we have so many different ways of understanding it [...]. (Floridi, 2013, p. 81)

Tendo em mente a centralidade da ideia na discussão que se inicia, fica impossível não iniciarmos com uma definição do que queremos dizer com “informação”. Até aqui trabalhou-se com a ideia de que a informação é uma forma de reduzir incertezas. Essa associação, embora essencial para o conceito, não pode ser utilizada como pressuposto para que consideremos que os lados são sinônimos (Lenski, 2010, p. 76).

É necessário apontar que não é possível apontar a existência de uma definição universalmente aceita acerca do que é informação (Lenski, 2010, p. 84). De acordo com Lupia (2015), para que possamos entender a informação por completo, é necessário não somente que tenhamos uma definição conceitual desta, mas também olhemos uma fundamental ideia: *conhecimento*<sup>20</sup>. Portanto, sigamos então a ordem do autor e apresentemos os fundamentos.

O conhecimento é para o autor um poderoso mecanismo de fazer associações, isto é, a habilidade de um vasculhar a própria mente em busca de conceitos e ideias e estabelecer relações entre elas (Lupia, 2015, p. 26). Ele deriva do compilado de experiências, sentimentos e memórias passadas que nós tivemos, estes acontecimentos recordados são conectados e formam o *conhecer* algo. O que nós conhecemos são nossas lentes para que possamos ler e agir sobre o mundo, é a teoria que construímos sem perceber, e prove sentido ao mundo em que vivemos. Portanto, quando buscamos influenciar a forma como indivíduos reagem a situações políticas relevantes, o que nós buscamos é tentar alterar as relações que este estabelece com o conhecimento que possui por meio da provisão de conhecimento novo. Todavia, a ideia de conhecimento para Lupia (2015, p. 26) tem um forte componente normativo, que é a de que conhecimento necessariamente é factual. O ponto acerca do *ser factual* é extremamente relevante para a definição, pois permite-nos concluir que o “knowledge consists of justified or true attributes of memory” (Lupia, 2015, p. 27).

---

<sup>20</sup> No original, “knowledge” e “competence” (Lupia, 2015, p. 25).

Ao pensarmos em uma mensagem, o conhecimento é o fator que é internalizado pelo receptor quando este possui contato com a informação. O papel da informação nesse papel é ser “o meio pelo qual se entrega essas observações, dados e ideias” (Lupia, 2015, p. 29, *tradução nossa*). A informação é elemento essencial para que um indivíduo tome conhecimento de um fenômeno. Embora aqui conectamos conhecimento e informação, a grande diferença entre os conceitos é que - para Lupia - a informação não precisa ser factual. Portanto, por mais que a pessoa armazene uma informação falsa em sua memória, por definição não se pode dizer que as associações derivadas desta se caracterizam como uma adição de conhecimento. Ou seja, podemos dizer que se “people believe false information, giving them more of it can reduce their knowledge about its subject matter” (Lupia, 2015, p. 29).

Essa definição de informação que permite que esta apresente conteúdo que não é factual é algo contestado por filósofos da informação (Floridi, 2010, p. 41), esse tipo de divergência, todavia, fora prevista por Shannon, que afirma que

“The word ‘information’ has been given different meanings by various writers in the general field of information theory. It is likely that at least a number of these will prove sufficiently useful in certain applications to deserve further study and permanent recognition. It is hardly to be expected that a single concept of information would satisfactorily account for the numerous possible applications of this general field” (1993, p. 180, apud Floridi, 2013, p. 81).

Os filósofos da informação preferem a abordagem mais próxima daquilo que chamam de *General Definition of Information* (GDI). A GDI caracteriza uma partícula de informação qualquer - chamada de *infon* -, por meio de uma definição tripartite, como pode ser visto em Floridi (2013, p. 84):

“GDI $\sigma$  (an infon) is an instance of semantic information if and only if:  
GDI.1)  $\sigma$  consists of  $n$  data (d), for  $n \geq 1$ ;  
GDI.2) the data are *well-formed* (wfd);  
GDI.3) the wfd are *meaningful* ( $mwfd = \delta$ )”

Na abordagem semântica defendida por Floridi<sup>21</sup> (2013, p. 34), é necessário que os *dados* que chegam ao receptor atendam aos requisitos de ser “well-formed, meaningful, and truthful”, e só assim podem ser considerados informação. Nesse caso, segundo essa abordagem não existe a possibilidade de afirmarmos *desinformação* como informação, uma vez que esta não atinge o critério de ser uma verdade. O ressalta-se a esse ponto ao considerar que “‘*true information*’ is

---

<sup>21</sup> Uma melhor explicação acerca dessa forma de observar informação pode ser obtida em Floridi (2013), caso o leitor esteja em busca dos argumentos condensados, o excelente Floridi (2010) apresenta os mesmos argumentos em profundidade menor.

*simply redundant and 'false information', i.e. misinformation, is merely pseudo-information*" (Floridi, 2013, p. 84, grifo nosso). Estes acreditam que só há a possibilidade de discutir informação quando estamos a lidar com algo factual.

O que é informação para estes se aproxima do que é considerado conhecimento por Lupia (2015). O que a filosofia da informação nos apresenta como elemento novo é a ideia de que embora conteúdo falso não seja informação, esse pode ser caracterizado como *misinformation* ou *disinformation*. O fator diferenciador entre estes é que o primeiro ocorre quando o conteúdo falso é transmitido de forma não-intencional, e no último a transmissão é feita intencionalmente, objetivando fazer o outro acreditar em algo que é factualmente falso.

Acredito, todavia, que para podermos pensar em informação no contexto da psicologia política, porém sem ignorarmos por completo as contribuições passadas, faz-se necessário uma formulação que aproxime as citadas anteriormente. Partindo da GDI, podemos pensar a informação como dados que possuem uma estrutura, e significado, mas que não necessariamente transmite uma mensagem que quando interpretada está condizente com a realidade. Embora acreditemos na importância das contribuições do campo da filosofia da informação, estudos experimentais apontam que no processo de processamento e atribuição de significado, indivíduos tendem a interpretar a informação falsa da mesma forma que a verdadeira.

Entender o motivo desse comportamento não é algo complexo, uma vez que a pessoa é alimentada com informações acerca de um acontecimento, caso esta venha de fontes que este atribui credibilidade<sup>22</sup> (Lewandowsky, et al., 2012; Pornpitakpan, 2004), esta será interpretada como se fosse factual. Nesse caso, uma tomada de decisões baseada em desinformação (ou informação falsa) tem a equivalência com a tomada com base em informação factual. Por conta disso, faz-se importante a ressalva de que um indivíduo estar tomando essa decisão desinformada não o faz menos racional. Neste caso, o princípio da racionalidade não é violado, uma vez que embora este esteja usando de uma informação falsa, o

---

<sup>22</sup> O fenômeno da persuasão baseado na credibilidade já é estudado por décadas na área da psicologia aplicada, e aponta que a credibilidade atribuída ao transmissor de uma mensagem tem uma grande importância na forma como o receptor irá atribuir significado a determinado sinal. Pornpitakpan (2004), faz uma completa e extensa revisão da literatura na área.



indivíduo ainda está buscando atingir o seu objetivo de forma eficiente dado a informação que possui.

### 4.3. A Informação para a Ciência Política

Fato é que há uma importância e uma possibilidade de se fazer uma ponte entre a teoria da informação e a ciência política, na esteira do que já vem sendo feito de maneira interdisciplinar da forma como pode ser observada em Jones (2001). Naturalmente, as tentativas feitas também abordaram o problema do voto, por este ser a mais evidente aplicação em ciências políticas dos conceitos de TDI, e também ser uma das questões mais relevantes para o estudo da política quando há participação popular por meio das urnas.

$$P(A|B) = \frac{P(B|A)P(A)}{P(B)}$$

Equação 1. Teorema de Bayes<sup>23</sup>.

Pode-se pensar que a forma como aqui pensamos uma teoria da informação política se aproxima do teorema de Bayes, e caso faça isso o leitor estará seguindo o raciocínio correto. Entendemos que o teorema afirma que sempre há uma atualização de preferências quando é recebida uma entrada de conhecimento, importante frisar que uma preferência ser atualizada não necessariamente significa que o eleitor irá efetuar o voto em outro candidato. Pode-se dizer que uma preferência foi atualizada, porém, o voto do eleitor se mantém. Isso ocorre porque uma informação recebida pode deixar o eleitor mais propenso a realizar o voto em um candidato no qual ele já se encontrava predisposto a votar.

No caso do voto, podemos dizer que a probabilidade de um indivíduo realizar o voto no candidato  $X$  irá variar. O mesmo argumento pode ser observado em Achen (1992, p. 268), que ao buscar a construção de um modelo acerca das possíveis contribuições da mídia de massa a formação de opinião, afirma que

“the rules by which [preexisting information] is combined with incoming information’ are modeled by the assumption that

---

<sup>23</sup> O Teorema de Bayes é uma formulação estatística que aborda a questão de probabilidades condicionais. De forma simples, é a probabilidade de uma hipótese  $A$  ocorrer dado que é observada determinada evidência  $E$ . Uma ilustração onde é possível observar o teorema em ação é em Sanderson (2019), que explica de forma didática o mecanismo apresentado por Tversky e Kahneman (1974, p. 1124). O que o teorema faz é nos dizer “how to update ‘prior beliefs’ about parameters of hypotheses in light of data and arrive at ‘posterior beliefs’” (Jackman, 2004, p. 483). Em suma, no nosso caso, o eleitor bayesiano é aquele capaz de repensar suas preferências a partir de evidência nova que recebe.

respondents use new information from the mass media and elsewhere to update their political opinions rationally in accordance with Bayes' Rule. Bayes' Rule may or may not be a realistic behavioral model; but it is certainly a useful account device - in particular because it provides a systematic way to characterize both the relative weight of old and new information in people's current opinions".

O também é relevante os achados de Achen (1992) o fato de que este encontra evidências de que o processo ocorre de forma constante por toda a vida de um indivíduo. Relevante para o tópico da subseção seguinte, sobre desinformação, é o apontamento de que cobertura midiática negativa tem de ser consistente para que seja capaz de produzir uma mudança considerável na opinião pública acerca de um tópico (Achen, 1992, p. 276).

O que Jones (1999, p. 309) aponta é que não é possível tratar essa regra Bayesiana com tanto rigor. Isso se faz necessário pois seres humanos em algumas situações quando expostos a incerteza, não fazem a atualização das suas preferências. Portanto, considerar dizer que as pessoas são “incomplete Bayesians”, no sentido de que embora individualmente seja possível detectar situações nas quais a atualização de preferências não ocorra, ao observarmos no agregado existe a possibilidade de essa aproximação com a regra de Bayes ser possível.

Conceber essa ideia que indivíduos possuem essa característica que os torna “incompletos” é essencial quando estamos pensando em informação no contexto político. Existe literatura experimental que aponta que vieses psicológicos podem tornar mais lento ou impedir a forma como a atualização bayesiana de preferências é feita (Eli e Rao, 2011; Sharot, et al., 2011; Gonçalves, et al., 2021). Informação relevante pode vir a ser completamente ignorada a depender do contexto. Isso fica evidente quando percebe-se que eleitores têm dois objetivos iniciais, um deles é saber a verdade, porém, outro é o viés psicológico que faz com que este forneça mais atenção a informação consistente com suas visões de mundo já existentes (Allcott e Gentzkow, 20178, p. 218).

Na ciência política esses vieses se destacam quando estudamos a relutância de indivíduos em aceitar informação que contradiz suas crenças ou preferências partidárias. Essa é uma evidente limitação de nosso modelo a nível individual, todavia, dinâmicas eleitorais que envolvem grandes contingentes de votantes devem ser observadas a nível agregado.

Em uma eleição, pode-se imaginar um eleitor que ao observar que uma escolha eleitoral deve ser feita, contudo ainda tendo em mente os altos custos associados com buscar informação para fazê-la de forma ótima, tenta contornar o problema por meio da tomada de decisão baseada em partículas de informação. Estas, que a partir de então serão chamadas de atalhos informacionais (Bowler e Nicholson, 2019, p. 2), carregam conteúdo minimizado sobre um tópico que permite ao eleitor fazer julgamentos e tomar decisões sem que este precise adquirir conhecimento profundo daquele. Consistem na forma menos custosa do indivíduo suprir sua necessidade de informação e adquirir o insumo necessário para atualizar preferências de forma a votar no candidato que melhor o representa.

Vale notar, contudo, que estas também podem desinformar caso estejam carregando conteúdo inverídico. Esse tipo de atualização de crenças a partir de informações emitidas por atores políticos é observado por Hahnel et. al. (2019, p. 19), ao encontrar evidências de que - nos Estados Unidos - eleitores democratas e republicanos tiveram suas percepções acerca das mudanças climáticas alteradas por conta de discursos por aqueles. Na descoberta de Hahnel, todavia, o que mais nos importa é que a informação que estava sendo emitida por parte das elite política nacional é não-factual, e atingiu o objetivo de fazer com que os eleitores - especialmente Republicanos - passassem a acreditar menos nos efeitos das mudanças climáticas.

O exemplo de Hahnel (2019) ilustra o ponto aqui considerado extremamente relevante, a ideia de que indivíduos instrumentalizam o discurso de autoridades e figuras políticas como insumo para atualização de suas crenças, onde esses pequenos *bits* de informação são recebidos e utilizados para guiar a construção das ideias políticas que aqueles se identificam. Esses questionamentos acerca da possibilidade de guiar a opinião pública com fundamento em discurso não-factual são os responsáveis pelo desenvolvimento da seção seguinte. A diferença do ponto de Hahnel para o de Zaller, é que o primeiro busca evidências acerca da influência das elites em nível mais atômico.

#### **4.4. Desinformação Política**

Continuando a discussão no tema da decisão eleitoral, até aqui tratamos que o eleitor, quando recebe insumo acerca de um tópico, utiliza este para reduzir as incertezas e afunilar a quantidade de opções a serem escolhidas. Contudo,

embora tenhamos falado sobre possibilidades de existir informação falsa, em momento algum falamos sobre o que ocorre quando ela é falsa em contexto político. Lembrando de Delli Carpini e Keeter (1996), que fortemente afirmou que “political information is to democratic politics what money is to economics: it is the currency of citizenship”, é inevitável não pensar que, uma democracia em que indivíduos estão fazendo escolhas políticas com base em desinformação é uma democracia doente.

Partindo para um nível agregado - importante quando estamos pensando em opinião pública - é impossível não termos Kuklinski et al. (2000) como ponto de partida. A relevância do estudo feito pelos autores é o diálogo que fazem com a mesma literatura aqui vista, principalmente é levantado o desafio que “the idea that citizens cling to mistaken beliefs when evaluating policy” (Kuklinski, et al., 2000, p. 793) é um desafio a Zaller (1992). O motivo deste desafio ocorrer esteve sempre como pano de fundo deste trabalho, mas tornando-o claro, é por que Zaller acredita vê “political attitudes as highly malleable and responsive to whatever cues and information citizens receive from their environments” (Kuklinski, et al., 2000, p. 793) e esse tipo de conclusão seria incompatível com a ideia de uma cidadania desinformada. O problema ocorre devido a forma como pessoas desinformadas resistem a alterar suas crenças baseadas em desinformação mesmo quando confrontadas com a informação factual. Outro achado relevante feito por Kuklinski et al. (2000, p. 806) é o de que este encontrou evidências de que a desinformação, quando endêmica em uma população, afeta a opinião pública.

Neste trabalho nós aceitamos a proposição de Zaller acerca das formas como os indivíduos formam suas atitudes políticas com base nas informações - particuladas ou não - que recebem das elites. Mas além disso, para atacarmos a problemática levantada por Kuklinski acerca da incompatibilidade usamos a ideia já apresentada de que os eleitores atualizam suas preferências de forma bayesiana incompleta. Concordamos com a tese de que muitas concepções que um indivíduo já possui como verdade são difíceis de serem alteradas, mas apresentamos uma sugestão para que essa lacuna seja preenchida.

Iniciamos essa seção, portanto, buscando entender o que caracteriza um indivíduo desinformado, aqui definiremos este como aquele que “firmly hold beliefs that happen to be wrong” (Kuklinski, 2000, p. 793). Por definição e natureza, não é possível afirmarmos que pessoas que possuem conhecimento

factual em determinado tópico estão desinformadas acerca deste. Afirmamos isso tanto por conta das observações feitas em páginas anteriores<sup>24</sup>, quanto por subsídio da literatura em ciência política (Kuklinski, et al., 2000, p. 792). O indivíduo desinformado, todavia, não pode ser confundido com o indivíduo racionalmente ignorante que foi citado em capítulos anteriores. Enquanto o segundo é aquele que não consome informação por falta de incentivos para que faça isso, o primeiro é aquele que consome informação cujo conteúdo é falso, e acredita firmemente nestas.

É possível argumentar que “o que é verdade” é algo que está sujeito a subjetividades, e que existe a possibilidade de indivíduos diferentes interpretarem algo como verdadeiro ou não a partir da forma como foram socializados. Todavia, existem acontecimentos que são evidentes para a comunidade que participamos e passíveis de serem averiguados como verdadeiros ou falsos por agentes externos. Exemplos radicais de informação evidentemente falsa - mas que ainda sim pode confundir o eleitor pouco informado - é a notícia de que Papa Francisco e o ex-Presidente Boliviano Evo Morales foram flagrados fumando *Cannabis sativa* (Menezes, 2020), ou a de que a vacinação para combater o COVID-19 possui o efeito colateral de afetar os vacinados deixando-os com características magnéticas em seus braços (Comprova, 2021). Essas histórias, que precisaram ser checadas por *fact-checkers*<sup>25</sup>, são inegavelmente falsas.

Histórias falsas que circulam pelo público possuem origens distintas, e não necessariamente foram criadas com o objetivo de desinformar<sup>26</sup>. Todavia, nem sempre essas histórias têm origens tão ingênuas, das muitas origens possíveis para a desinformação política, estão a mídia e a classe política (Lewandowsky et al., 2012, p. 108). Exemplos acerca do uso de desinformação por parte de políticos não faltam, recentemente jornalistas decidiram dar início a tentativas de contabilizar a quantidade de mentiras ditas por determinados políticos. Esses acompanhamentos feitos chegam em números impressionantes como o

---

<sup>24</sup> Mais especificamente em 3.2

<sup>25</sup> Serviços de checagem de fatos possuem como objetivo averiguar se determinada informação possui lastro na realidade. Essa conferência é feita por meio de dados, notícias, registros e entrevistas. Entre os serviços em operação, e que têm como alvo o público brasileiro, temos: A Agência Lupa, UOL Confere, Comprova, Aos Fatos, Fato ou Fake, entre outros.

<sup>26</sup> Marsh, Meade e Roediger (2003) encontraram evidências de que indivíduos muitas vezes possuem crenças que tiveram origem em histórias de ficção - como livros, filmes ou séries de TV. O indivíduo teve contato com uma obra que em momento algum tinha como objetivo se passar como real, mas usou ela para formar sua concepção de mundo.

ex-Presidente americano Donald Trump ter dito 30.573 afirmações falsas ou distorcidas em 4 anos (Kessler, Salvador e Meg, 2021), e o Presidente Brasileiro Jair Bolsonaro ter alcançado 3.200 em um período de 2 anos (Cunha, et al., 2021). Todavia, os incentivos para a mentira existem e são reforçados em tempos no qual a velocidade de circulação da informação aumenta devido a internet e o uso massivo de mídias sociais<sup>27</sup>.

Esse tipo de comportamento é de frequência gigantesca, porém os incentivos que levam ao uso de desinformação por parte de políticos continuam escusos. Allcott e Gentzkow (2017, p. 232) encontram evidência de mudanças marginais no comportamento eleitoral de indivíduos que entraram em contato com notícias falsas por meio digital, o que levanta questões acerca dos reais impactos da desinformação no funcionamento das democracias. Em suma, o que queremos ressaltar é que a existência de suporte teórico para a disseminação de desinformação não necessariamente torna esse tipo de comportamento condizente com o que se apresenta na realidade. Fica evidente, portanto, a necessidade de investigações experimentais que avaliem a teoria com base em evidência empírica que possa suportar ou rejeitar essa tese.

## **5. Considerações Finais**

O argumento que foi desenvolvido neste trabalho tinha como objetivo sustentar a tese de que as elites podem fazer uso de desinformação para tentar

---

<sup>27</sup> Uma limitação do presente trabalho é que ele não investiga a fundo a dinâmica em vigor nas plataformas de mídias sociais, como o Facebook e o Twitter. Essas são fundamentais para que possamos entender a interação entre notícias falsas e o público. Porém, encontramos restrições no processo de obtenção de acesso aos dados dessas plataformas.

adicionar ruído no processo de captura da realidade social que é feita por indivíduos. Buscando esse objetivo foi realizado um esforço interdisciplinar que perpassou diversas ciências sociais e exatas. A ideia do que guia o ato de votar foi central no trabalho, e com ela as limitações da racionalidade humana.

Por meio da revisão de literatura clássica da Ciência Política entendemos os fundamentos necessários para a existência de um regime democrático, com foco especial em características fundamentais para o exercício da cidadania. Destaca-se entre essas o papel que a imprensa tem na formação do imaginário coletivo, o que ocorre pois essa opera como o canal que fornece ao indivíduo a informação necessária para que esse possa fazer escolhas políticas que atendam aos seus interesses políticos. Na concepção de Zaller (1992), isso ocorre devido a influência das elites, às quais este incorpora a imprensa como sendo parte relevante desta.

Dentro do universo daquilo tudo que pode ser chamado de “elite”, em uma sociedade, nos interessou especificamente o papel das elites políticas. E como essas podem utilizar o canal que é fornecido pela imprensa para guiar o imaginário popular. A princípio esse tipo de tentativa de uso da imprensa como instrumento é esperado como parte do jogo democrático, afinal, a deliberação democrática funciona com base no convencimento do eleitor. Todavia, quando este ocorre com base em desinformação propagada por essas elites, põe-se em xeque a credibilidade das decisões feitas por meio do sistema político.

Elites importam pois o indivíduo, não realiza suas escolhas políticas puramente com base nas fotografias do mundo que a imprensa põe ele em contato. A existência de estudos que ressaltam a importância do discurso propagado pelas elites políticas (Nicholson, 2011; Bullock, 2011) no processo individual de formação de preferências. Portanto, estudar o comportamento dessas se mostra como uma das mais importantes peças para entendermos o comportamento político das massas.

Característica importante que ressaltamos aqui, e que deve ser considerada cada vez mais quando trabalha-se com ideias de democracia, devemos ter em mente que cidadãos nem sempre estarão a votar com base em um voto informado. Na realidade, somente uma minoria dos cidadãos - aqueles que podem tirar alguma vantagem - estarão votando com base em um conjunto

extenso de conhecimentos, a maioria desses depende de conteúdo que recebe por meio de atalhos informacionais que são expostos por outros.

O peso das contribuições que o ato de pensar o processo de transmissão e aquisição de informação política por meio de lentes fundamentalmente matemáticas, que é a teoria da informação como desenhada por Weaver (1949), se destacam no nosso caso. Todavia, o modelo não é perfeito e tem suas limitações fundamentais que impedem aplicações mais amplas em contexto político, como a falta de *feedback*. O que não foi explorado, mas que seria de grande contribuição para o trabalho, é o uso de modelos com *feedbacks*, que possam ser explorados como mecanismo de busca por informação para atualização de expectativas.

Possibilidade futura é realizar o levantamento de dados para acerca da quantidade de artigos que foram escritos e publicados por portais que conhecidamente publicam peças noticiosas de conteúdo falso. Entender a quantidade de peças publicadas é importante e pode nos fornecer informações acerca do nível de coordenação das redes de desinformação, o que nos permite investigar relações entre grandes acontecimentos da vida política e a produção de desinformação. Esse tipo de correlação pode servir como ponto de partida para uma investigação mais profunda dos gatilhos que intensificam a produção de desinformação política.

Outro possível caminho de pesquisa a ser seguido é buscar entender as formas como portais que possuem como objetivo primário desinformar se relacionam com partidos políticos e as elites políticas. Há pouco talvez fosse necessário tentar estudar como ocorre o financiamento desse tipo de mídia, todavia hoje já é possível inferirmos que, ao menos no Brasil, o dinheiro proveniente da publicidade digital é o principal financiador (Portinari, 2021). Fica fora do conhecimento público, entretanto, a existência ou não de incentivos políticos para que atores que não possuem mandatos políticos participem da criação desses “fatos alternativos”, mesmo quando estes são considerados ilegais.

Por fim, ressalvo que com base no que vemos, não é possível inferir causalidades sobre se há o uso de desinformação como tática por parte das elites. As observações aqui feitas, embora sejam fundamentadas fortemente em estudos experimentais encontrados na literatura, não possuem finalidade causal.



## 6. Referências Bibliográficas

ACHEN, C. H. Social psychology, demographic variables, and linear regression: Breaking the iron triangle in voting research. **Political Behavior**, v. 14, n. 3, p. 195–211, set. 1992.

AIDT, T. S. Economic voting and information. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2–3, p. 349–362, jun. 2000.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211–236, 1 maio 2017.

BARTELS, L. M. Messages Received: The Political Impact of Media Exposure. **American Political Science Review**, v. 87, n. 2, p. 267–285, jun. 1993.

BARTELS, L. M. Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections. **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 1, p. 194, fev. 1996.

BREITMAN, K. Poll: Half of Republicans still believe WMDs found in Iraq. **Politico**, 1 jul. 2015.

BULLOCK, J. G. Elite Influence on Public Opinion in an Informed Electorate. **American Political Science Review**, v. 105, n. 3, p. 496–515, ago. 2011.

CARMINES, E. G.; STIMSON, J. A. The Dynamics of Issue Evolution: The United States. In: DALTON, R. J.; FLANAGAN, S. E. (Eds.). . **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies**. [s.l.] Princeton University Press, 1985. p. 134–158.

CIRINCIONE, J. et al. WMD in Iraq: Evidence and Implications. **Biosecurity and Bioterrorism: Biodefense Strategy, Practice, and Science**, v. 2, n. 1, p. 51–55, jan. 2004.

COMPROVA. Vacina contra covid não tem efeito magnético. 14 jun. 2021.

CUNHA, A. R. et al. Todas as declarações de Bolsonaro. **Aos Fatos**, 23 jun. 2021.

DAHL, R. A. What Political Institutions Does Large-Scale Democracy Require? **Political Science Quarterly**, v. 120, n. 2, p. 187–197, 2005.

DAHL, R. A. **A democracia e seus críticos**. 1. ed. [s.l.] Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Posição**. São Paulo: Editora USP, 2015.

DAVIS, M. L.; FERRANTINO, M. Towards a positive theory of political rhetoric: Why do politicians lie? **Public Choice**, v. 88, n. 1–2, p. 1–13, jul. 1996.

DELLI CARPINI, M. X.; KEETER, S. **What Americans know about politics and why it matters**. 3. [pr.] ed. New Haven: Yale Univ. Press, 1996.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. Nachdr. ed. Boston: Addison Wesley, 20.

EIL, D.; RAO, J. M. The Good News-Bad News Effect: Asymmetric Processing of Objective Information about Yourself. **American Economic Journal: Microeconomics**, v. 3, n. 2, p. 114–138, 1 maio 2011.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments. **American Economic Review**, v. 101, n. 4, p. 1274–1311, 1 jun. 2011.

FLORIDI, L. **Information: a very short introduction**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2010.

FLORIDI, L. **The philosophy of information**. 1. publ. in paperback ed. Oxford: Oxford Univ. Press, 2013.

FLYNN, D. J.; NYHAN, B.; REIFLER, J. The Nature and Origins of Misperceptions: Understanding False and Unsupported Beliefs About Politics: Nature and Origins of Misperceptions. **Political Psychology**, v. 38, p. 127–150, fev. 2017.

GANDHI, J.; LUST-OKAR, E. Elections Under Authoritarianism. **Annual Review of Political Science**, v. 12, n. 1, p. 403–422, jun. 2009.

GANDHI, J.; PRZEWORSKI, A. Authoritarian Institutions and the Survival of Autocrats. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 11, p. 1279–1301, nov. 2007.

GEDDES, B. WHAT DO WE KNOW ABOUT DEMOCRATIZATION AFTER TWENTY YEARS? **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 115–144, jun. 1999.

GERBER, A.; GREEN, D. P. Rational Learning and Partisan Attitudes. **American Journal of Political Science**, v. 42, n. 3, p. 794, jul. 1998.

GONÇALVES, D.; LIBGOBER, J.; WILLIS, J. **Learning versus Unlearning: An Experiment on Retractions**. 19 jun. 2021. Disponível em: <<https://uploads.strikinglycdn.com/files/e1078b90-abff-42cb-8216-4a2a512e79d8/LearningVsUnlearning.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

HABERMAS, J. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. **Communication Theory**, v. 16, n. 4, p. 411–426, nov. 2006.

HAHNEL, U. J. J.; MUMENTHALER, C.; BROSCHE, T. Emotional foundations of the public climate change divide. **Climatic Change**, v. 161, n. 1, p. 9–19, jul. 2020.

HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J. **The Federalist papers**. 1. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2009. v. 1

JACKMAN, S. BAYESIAN ANALYSIS FOR POLITICAL RESEARCH. **Annual Review of Political Science**, v. 7, n. 1, p. 483–505, 17 maio 2004.

JACOBSON, G. C. How Do Campaigns Matter? **Annual Review of Political Science**, v. 18, n. 1, p. 31–47, 11 maio 2015.

JAMIESON, K. H.; HARDY, B. W. **The Effect of Media on Public Knowledge**. [s.l.] Oxford University Press, 2011.

JERIT, J.; ZHAO, Y. Political Misinformation. **Annual Review of Political Science**, v. 23, n. 1, p. 77–94, 11 maio 2020.

JONES, B. D. BOUNDED RATIONALITY. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 297–321, jun. 1999.

JONES, B. D. **Politics and the architecture of choice: bounded rationality and governance**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

KEOHANE, R. O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1984.

KESSLER, G.; RIZZO, S.; KELLY, M. Trump's false or misleading claims total 30,573 over 4 years. **The Washington Post**, 24 jan. 2021.

KEY JR., V. O. **The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1960**. [s.l: s.n.].

KINDER, D. R. COMMUNICATION AND OPINION. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 167–197, jun. 1998.

KINGDON, J. W. Opinion Leaders in the Electorate. **Public Opinion Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 256, 1970.

KUKLINSKI, J. H. et al. Misinformation and the Currency of Democratic Citizenship. **The Journal of Politics**, v. 62, n. 3, p. 790–816, ago. 2000.

LASSWELL, H. D. The Structure and Function of Communication in Society. In: [s.l: s.n.].

LENSKI, W. Information: A Conceptual Investigation. **Information**, v. 1, n. 2, p. 74–118, 22 out. 2010.

LEVITSKY, S.; WAY, L. The Rise of Competitive Authoritarianism. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, p. 51–65, 2002.

LEVITSKY, S.; WAY, L. A. **Competitive Authoritarianism Hybrid Regimes After the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEWANDOWSKY, S. et al. Misinformation and Its Correction: Continued Influence and Successful Debiasing. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 13, n. 3, p. 106–131, dez. 2012.

LIPPMANN, W. **Public opinion**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

LUCKHAM, R.; KALDOR, M.; GOETZ, A. M. **Democratic institutions and politics in contexts of inequality, poverty, and conflict: a conceptual framework**. 2000.

LUPIA, A. **Uninformed: why people seem to know so little about politics and what we can do about it**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LUST-OKAR, E. Elections under authoritarianism: Preliminary lessons from Jordan. **Democratization**, v. 13, n. 3, p. 456–471, jun. 2006.

MACKAY, D. M. **Information, mechanism and meaning**. 2nd pr., [Nachdr.] ed. Cambridge, Mass: MIT Pr, 1969.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Elections and Representation. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). . **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge Studies in the Theory of Democracy. [s.l.] Cambridge University Press, 1999a. p. 29–54.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Introduction. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). . **Democracy, Accountability, and Representation**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 1999b. p. 1–26.

MCQUAIL, D.; WINDAHL, S. **Communication Models for the Study of Mass Communication**. 2. ed. Oxford ; New York: Routledge, 1993.

MENEZES, L. F. Foto de papa Francisco fumando maconha com Evo Morales é montagem. **Aos Fatos**, 29 set. 2020.

**Microfoundations. Traces of Eve -- Adaptation and its limits -- Procedural limits on adaptive choice -- Human informatio.** , [s.d.].

NEWPORT, F. Americans Still Think Iraq Had Weapons of Mass Destruction Before War. **Gallup News Service**, 16 mar. 2003.

NICHOLS, B. U.N.: Iraq had no WMD after 1994. **USA Today**, 2 mar. 2004.

NICHOLSON, S. P. Dominating Cues and the Limits of Elite Influence. **The Journal of Politics**, v. 73, n. 4, p. 1165–1177, out. 2011.

NORGROVE, D. Use of ‘£350million per week’ figure to describe UK’s financial contributions to the EU, 17 set. 2017. Disponível em: <<https://uksa.statisticsauthority.gov.uk/wp-content/uploads/2017/09/Letter-from-Sir-David-Norgrove-to-Foreign-Secretary.pdf>>

PAPATHANASSOPOULOS, S. (ED.). Information and democracy: the weakening of social democracy: Frank Webster. In: **Media Perspectives for the 21st Century**. 0. ed. [s.l.] Routledge, 2011. p. 35–54.

PORNPITAKPAN, C. The Persuasiveness of Source Credibility: A Critical Review of Five Decades’ Evidence. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 34, n. 2, p. 243–281, fev. 2004.

PORTINARI, N. Canais na internet ganharam dinheiro com fake news sobre Covid, informa Google à CPI. **O Globo**, 12 jun. 2021.

READ, J. Boris Johnson appears to finally admit his ‘£350m a week’ claim was wrong. **The New European**, 11 set. 2019.

ROGOWSKI, R. Representation in Political Theory and in Law. **Ethics**, v. 91, n. 3, p. 395–430, 1981.

SAEKI, M. The Myth of the Elite Cue: Influence of Voters’ Preferences on the US Congress. **Public Opinion Quarterly**, v. 77, n. 3, p. 755–782, 1 set. 2013.

SANDERSON, G. **Bayes theorem**, 22 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HZGCoVF3YvM>>

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Atica, 1994.

SHAROT, T.; KORN, C. W.; DOLAN, R. J. How unrealistic optimism is maintained in the face of reality. **Nature Neuroscience**, v. 14, n. 11, p. 1475–1479, nov. 2011.

SIMON, H. A. Rationality in political behavior. **Political psychology**, p. 45–61, 1995.

SOARES, A. A. **ALL THE ROADS LEAD TO IMPEACHMENT: AGENDA SETTING AND DILMA ROUSSEFF'S PRESIDENCIAL CRISIS (2013-2016)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, set. 2020.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 27 set. 1974.

WEAVER, W. THE MATHEMATICS OF COMMUNICATION. **Scientific American**, v. 181, n. 1, p. 11–15, 1949.

ZALLER, J. WHAT NATURE AND ORIGINS LEAVES OUT. **Critical Review**, v. 24, n. 4, p. 569–642, dez. 2012.

ZALLER, J. R. **The Nature and Origins of Mass Opinion**. [s.l.] Cambridge University Press, 1992.